

OFÍCIO Nº 061/2023

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2023.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a):

Em 21/08/2023, o governador Romeu Zema encaminhou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), justificando constarem de medidas para acelerar sua intenção de privatizar as empresas estatais mineiras.

A PEC do governador modifica o requerimento constitucional de quórum qualificado<sup>1</sup> (3/5 ou 60% dos 77 deputados estaduais) para aprovação da lei específica que autorizaria a venda das estatais mineiras, passando a requerer quórum simples (50% dos votos mais 1). Além disso, propõe também extinguir a exigência de que tal lei seja submetida a referendo popular<sup>2</sup>.

Essa PEC, contudo, consiste em uma estratégia e que abre um perigoso precedente: a intervenção em dispositivos constitucionais, construídos de forma amplamente participativa e que se norteiam na defesa dos direitos fundamentais das pessoas e do patrimônio do estado, com intuito de impor a visão de um governo de ocasião.

Adicionalmente, a desafortunada proposta do governador Romeu Zema promove o enfraquecimento da Casa Legislativa Mineira, trazendo desequilíbrio de força aos poderes estaduais.

E por fim, nada mais antidemocrático do que a tentativa de legitimar o silêncio da população, impedindo que ela se manifeste de forma direta sobre decisões referentes ao patrimônio público, construído com recursos dos contribuintes, conforme estabelece originalmente nossa Constituição Estadual.

Assim, as entidades que subscrevem esse documento vêm manifestar seu repúdio à PEC do governador Romeu Zema, entendendo que o princípio democrático de escolha das pessoas e de seus representantes eleitos não deva ser objeto de alteração no texto da Constituição Estadual de Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> Art. 14, §15 da Constituição Estadual de Minas Gerais

<sup>2</sup> Art. 14, §17 da Constituição Estadual de Minas Gerais



Essa estratégia precisa ser respondida à altura da história de luta pela liberdade que grafa o pavilhão mineiro. Assim, recorreremos à sua autoridade e à sua responsabilidade com o futuro de seus cidadãos, urgindo para que se empenhe em dirigir-se aos(as) deputados(as) estaduais de origem em sua região, exigindo deles(as) a postura democrática que construiu a histórica política de Minas Gerais, rejeitando a aprovação da PEC em comento.

Cordialmente,

Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais – SENGE/MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG

Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Minas Gerais – SINARQ/MG

Associação dos Profissionais das Áreas de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Engenharia, Geografia e Geologia da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – APLENA

Associação Brasileira de Engenheiros Civis de Minas Gerais – ABENC/MG

Instituto de Engenheiros do Brasil – IEB/MINAS